57/2024

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
DESIGN GRÁFICO, NA MODALIDADE DE
AVENÇA – POR UM PERÍODO DE DOZE MESES**

---Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Celorico de Basto, Edifício dos Paços do Concelho, sendo elaborado por mim, Vitor Manuel Ramos Marinho, Técnico Superior de Solicitoria, na qualidade de Oficial Público, determinado por despacho do Presidente da Câmara datado de 14 de setembro de 2023, tendo como outorgantes:-----

---PRIMEIRO OUTORGANTE-----

---MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO, Entidade equiparada a Pessoa Coletiva n.º 506 884 929, com sede em Celorico de Basto, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, José António Peixoto Lima, titular do número de identificação civil n.º [REDACTED] válido até [REDACTED], com domicílio profissional, no edifício dos Paços do Município, de Celorico de Basto, sito na Praça Cardeal D. António Ribeiro, nos termos do disposto na alínea f), n.º 2 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 3 do artigo 106º do Código dos Contratos Públicos.-----

---SEGUNDO OUTORGANTE-----

D8GN STUDIO, LDA, com sede na Rua das Igrejas 57, na Freguesia de Pinheiro, do concelho de Felgueiras, Sociedade por Quotas com o número de Pessoa Coletiva 513.838.414, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Marco de Canaveses, com o capital social de 250,00 Euros, neste ato legalmente representada, por [REDACTED], residente na [REDACTED], na Freguesia e concelho de [REDACTED], titular do Número de Identificação Fiscal [REDACTED] e do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], válido até [REDACTED], emitido pelas entidades competentes da República Portuguesa, que outorga na qualidade de sócio gerente da sociedade,

conforme poderes constantes na respetiva certidão comercial permanente, documento arquivado no respetivo processo.-----

---Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por conhecimento pessoal, e do segundo outorgante por exibição do Cartão de Cidadão, e os poderes do segundo outorgante através da certidão comercial permanente com o código de acesso número: [REDACTED], subscrita em [REDACTED] e válida até [REDACTED].-----

---Assim presentes, pelo primeiro outorgante foi dito que, por despacho datado de 11 de março de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, foi decidido adjudicar por ajuste direto ao segundo outorgante o **“contrato de prestação de serviços de design gráfico, na modalidade de avença , por um período de doze meses”**, sendo nessa sequência celebrado o presente contrato, nos termos e condições seguintes:-----

---PRIMEIRA (Objeto)-----

1. O presente contrato tem como objeto principal a aquisição de serviços de design gráfico, na modalidade de avença, por um período de doze meses.-----
2. Pelo Sr. Presidente da Câmara, através de despacho datado de 22 de fevereiro de 2024, foi autorizado a abertura do procedimento por ajuste direto, para a presente aquisição de serviços, conforme o disposto nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 20º, conjugado com a alínea a) do nº1 do artigo 16º e do artigo 112º, todos do Código dos Contratos Públicos. --
3. A presente prestação de serviços por ajuste direto foi adjudicada em 11 de março de 2024 e a respetiva minuta do contrato aprovada pelo primeiro outorgante na mesma data, em conformidade com o caderno de encargos devidamente aprovado , em 23 de março de 2024, tendo todos os despachos sido efetuados pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

---SEGUNDA (Prazo)-----

O contrato de prestação de serviços mantém-se em vigor pelo período de doze meses, a contar da data da assinatura do contrato.-----

---TERCEIRA (Obrigações principais do segundo outorgante) -----

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no respetivo caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o segundo outorgante (prestador de serviços) as seguintes obrigações: -----

- a) Proceder à elaboração das peças gráficas para a promoção de todos os eventos, inaugurações, serviços, revista municipal, flyers informativos e outros;-----
- b) Efetuar visitas semanais à autarquia com duração mínima de 4 horas;-----
- c) Elaborar trabalhos de conceção gráfica em tempo útil para cada uma das iniciativas que o município solicitar;-----

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----

---QUARTA (Preço contratual) -----

Pelo fornecimento dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no respetivo caderno de encargos, o primeiro outorgante pagará ao segundo outorgante, o valor de **1.200,00€ (mil e trezentos euros)** mensais, acrescidos do IVA que se mostre legalmente devido. -----

---QUINTA (Condições de pagamento) -----

1. O valor devido pelo primeiro outorgante nos termos da clausula anterior, deve ser efetuado mensalmente, durante o prazo de execução do serviço. -----

2. As quantias devidas pelo primeiro outorgante, nos termos da clausula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo município das faturas emitidas nos termos do artigo 36º CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após a prestação dos serviços, nos termos do artigo 9º, n.º 1 da LCPA (Lei 8/2012 de 21 de fevereiro).-----

3. Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. -----

4. Em caso de discordância por parte do primeiro outorgante, quanto aos valores das faturas, deve esta comunicar por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o segundo outorgante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

5. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Celorico de Basto, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar o número da encomenda e/ou número sequencial de compromisso. -----

6. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas preferencialmente através de transferência bancária. -----

---SEXTA (Dever de Sigilo)--- -----

1. O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato. -----

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----

3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

4. O segundo outorgante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito a execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de

segredos comerciais relativos, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas. -----

5. O segundo outorgante obriga-se a cumprir escrupulosamente o disposto no regulamento geral de proteção de dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de proteção de dados. -----

---SÉTIMA (PENALIDADES CONTRATUAIS) -----

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o primeiro outorgante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: -----

a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação de serviço objeto do contrato, até 10% do preço contratual, por cada dia de atraso. -----

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do segundo outorgante, o primeiro outorgante pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 10% do preço contratual. -----

3. As penas pecuniárias previstas na cláusula não obstam a que o primeiro outorgante exija uma indemnização pelo dano excedente. -----

---OITAVA (Resolução por parte do primeiro outorgante) -----

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o primeiro outorgante pode resolver o contrato, a título sancionatório, caso o segundo outorgante viole de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. -----

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao segundo outorgante. -----

---NONA (Resolução por parte do segundo outorgante) -----

O segundo outorgante pode resolver o contrato nos casos previstos nos artigos 332º Código dos Contratos Públicos. -----

---DÉCIMA (CABIMENTOS E COMPROMISSOS) -----

1. A prestação de serviços objeto do presente contrato consta do Orçamento do primeiro

outorgante para o ano corrente, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação:-----

Económica: 02021702 -----

Cabimento: 349/2024, de 26/02 -----

Requisição: 450/2024, de 14/03 -----

2. Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso 433/2024, de 14 de março em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9º e n.º 3 do artigo 5º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e alínea c) do n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de janeiro.-----

---DÉCIMA PRIMEIRA (Designação do gestor do contrato) --------

1. Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, [REDACTED], Técnica Superior, por despacho de 23 de fevereiro de 2024 do Sr. Presidente da Câmara, sendo substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Técnico Superior [REDACTED]. -----

2. A substituição do gestor do contrato temporária ou definitivamente não implica a alteração do contrato.-----

3. A substituição do gestor do contrato é oponível ao segundo outorgante por mera notificação.-----

---DÉCIMA SEGUNDA (Prevalência) --------

1. Consideram-se como condições a observar na execução da prestação de serviços, as expressas no contrato, bem como as referidas no n.º 2 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no mencionado n.º 2 do artigo 96º do CCP, aplica-se o disposto no n.º 5 e 6 do mesmo artigo 96º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

---DÉCIMA TERCEIRA (Legislação Aplicável e caderno de encargos) -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, e respetivas alterações, na restante legislação aplicável e no respetivo caderno de encargos. -----

---DÉCIMA QUARTA (Foro competente) -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

---DÉCIMA QUINTA (Comunicações e notificações) -----

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.-----

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes no contrato deve ser comunicada por escrito à outra parte. -----

---DÉCIMA SEXTA (Disposições Finais) -----

1. Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; --

2. Foram apresentados pelo segundo outorgante: registo criminal, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a segurança social e serviço de finanças e declaração Modelo I, anexo ao CCP -----

---Os outorgantes na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato nos termos e condições exaradas e que tem conhecimento do seu conteúdo e do teor dos documentos que o instruem. -----

---O presente contrato foi efetuado num único exemplar, é composto por oito páginas, que vai ser assinado eletronicamente, através de assinatura digital, por ambos os outorgantes e pelo Oficial Público que o elaborou, nos termos e para os efeitos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo,

considerando-se datado e válido com a aposição da última assinatura.-----

---Documentos anexos ao presente contrato e que dele fazem parte integrante: -----

---a) Fotocópia da proposta apresentada pelo segundo outorgante. -----

---b) Fotocópia do caderno de encargos. -----

(O Primeiro Outorgante)

(O Segundo Outorgante)

(O Oficial Público)